

**DISCURSO PROFERIDO PELO DESEMBARGADOR JOSÉ COLOMBO DE SOUSA
AO DEIXAR A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL, EM 21 DE ABRIL DE 1972.**

Senhores

Quando há dois anos assumi a Presidência deste Egrégio Tribunal o fiz com a mente povoada de idéias, o coração repleto de desejos, uma vontade firme de realizar e uma disposição ímpar de trabalhar.

Naquela ocasião, entre outras coisas, afirmei:

“A justiça não pode ficar à margem da vida, de olhos vendados, indiferente às grandes transformações.

Os juízes, assumindo as responsabilidades de também serem governo, devem harmonizar a aplicação da lei e a distribuição da justiça com os grandes objetivos da manutenção da ordem, da defesa nacional, do desenvolvimento, da preservação da liberdade e da restauração da democracia.

Não é possível uma justiça divorciada da realidade, conflitando com o govêrno, albergando, com suas decisões, os que tentam a permanência do passado morto contra a realidade do presente vivo...

Não é com lamentações nem com lembranças do passado que desviaremos a marcha dos acontecimentos. Se somos filhos do passado, seremos produtores do futuro. A burocracia é o sistema que justifica a inércia e a improdutividade dos incapazes e impede que os ativos e criadores realizem sua ação. Ela foi feita para deprimir o espírito. A observância de normas e conceitos ultrapassados marginaliza seus sustentadores. A vida é impetuosa e irresistível. A mocidade, permanente intérprete da renovação, marcha, por si mesma, na vanguarda avançada do que deseja e dos ideais por que luta.

Se a justiça se desvaloriza, se é marginalizada, é porque ela não está cumprindo, em plenitude, sua função, quer aplicando leis caducas, quer demorando excessivamente na solução dos conflitos a que é chamada decidir. É preciso que o povo tenha confiança na Justiça. Para isto, é necessário que ela, desempenhando sua missão, não gere o desespero das massas, nem as soluções monstruosas impostas pelos grupos.

Uma justiça cara e demorada não pode ser privilegio dos ricos, nem a protetora de quem viola a lei.

A justiça não pode continuar a ser um símbolo. Ela tem de ser um instrumento de ordem, ativo e funcional.

Os juízes não podem estar interessados em salvar coisa alguma senão a lei, a ordem e a justiça, como instituições permanentes da sociedade.

Nada mais necessário para manter uma sociedade aberta e permeável do que o predomínio do Direito e a presença atuante da Justiça, mantendo vigilantes os princípios da igualdade de todos perante a lei e o de dar o seu a seu dono. *Suum cuique tribuere.*”

Os obstáculos eram grandes e foram crescendo na proporção do meu esforço, sempre cada vez maior, até atingir os limites de minha capacidade física. Apesar de me haver dado integralmente ao desempenho das funções de Presidente, somente em parte consegui vencer as duas tarefas da instalação e funcionamento da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Inicialmente, procurei implantar em clima de concórdia, de compreensão, de amenidade no seio do tribunal. Quebrando arestas, possibilitando entendimentos, fomentando o companheirismo, tinha em vista a formação de um ambiente de trabalho, de espontâneo e consciente cumprimento do dever. Todas as decisões que, de qualquer forma interessavam ao Tribunal, foram levadas ao conhecimento do Colegiado, discutidas e resolvidas num verdadeiro espírito de equipe. Jamais realizamos tantas sessões administrativas. Somente para tratar do caso da construção do Anexo, convocamos dezenas de reuniões. Apelando para os funcionários, despertando neles a cooperação, o sentido da responsabilidade e o orgulho funcional trabalhavam para que o Tribunal fosse uma colméia onde se destilasse o mel dos julgamentos tão reclamado pelo povo sedento de Justiça.

A instituição do lanche diário na sala dos Desembargadores, as reuniões mensais com as nossas famílias, a celebração da Páscoa e do Natal com o conagraçamento de toda a família judiciária, os diversos contactos coletivos com os funcionários, as falas e apelos que lhes dirigi e os reclamos que ouvi, os diálogos que com eles mantive, tudo tinha por objetivo criar o clima de harmonia e trabalho.

Procuramos dar aos funcionários a maior assistência ao mesmo tempo em que trabalhamos para o seu aperfeiçoamento profissional. Melhoramos o serviço médico, instalamos barbearia, fizemos funcionar os bares, instituimos o vestido único para as funcionárias, fornecendo-lhes o traje inicial.

Era nosso desejo fazer funcionar o serviço dentário, com laboratório de análise.

Ao lado disto, escalamos diversas turmas de funcionários para cursos de aperfeiçoamento no DASP, no CEST (Centro de Seleção e Treinamento), no Corpo de

Bombeiros para prevenção de incêndio, sendo que um curso mais resumido foi ministrado a todos os funcionários.

O resultado foi compensador.

Em 1969, o Tribunal publicou 576 acórdãos.

Em 1970, 1248.

Em 1971, 2591.

O serviço está praticamente em dia. Para isto é que o Tribunal existe_ para julgar. Acabaram-se as reclamações generalizadas. Apenas alguns casos isolados.

O homem na vida, que é movimento, está sujeito à influência permanente de duas forças: as centrípetas e as centrífugas. As forças centrípetas são as positivas, da sociabilidade, do entendimento, da convivência, da cooperação, do amor, enfim. São atitudes construtivas. As tendências centrífugas são a inveja, o ódio, a maledicência, a incompatibilidade, a rivalidade, a intriga, o inconformismo. Constituem comportamento negativo, destrutivo.

E como a vida é luta renhida, é preciso permanentemente fomentar nos grupos humanos e profissionais as atitudes positivas e combater as negativas.

Entre as tarefas que tinha a meu cargo, sobressaiam o reinício das obras do anexo e a formulação do Anteprojeto de Organização Judiciária.

Somos, a magistratura, uma profissão voltada à quietude, condição indispensável para os julgamentos equilibrados e conscientes.

Eis porque a tarefa de construir, realizar, movimentar recursos, utilizar operários, montar planos, não está dentro de nossa meta.

Recebemos o esqueleto de um edifício que era preciso concluir, mas do qual nos faltavam até as plantas e os cálculos.

Vencidas as primeiras e ingentes dificuldades de se conseguir o numerário, o projeto de acabamento, de se realizar a concorrência, eis que surge uma grande dificuldade, configurando também um grave caso de consciência: a estrutura era unanimemente condenada pelos técnicos da maior responsabilidade do País. Defeitos viscerais, oriundos de erros de cálculo e vício de execução impediam sua construção. Não era possível consentir na conclusão de uma obra destinada a abrigar a Justiça da Capital Federal, nela conter milhares e milhares de pessoas diariamente e cujo desabamento estivesse previsto. Os exemplos da Gameleira em Belo Horizonte e do Elevado da Guanabara são bem ilustrativos. Tudo foi feito para vencer estas dificuldades. A obra recomeçou e está em pleno andamento. Os reforços de estrutura, as correções, tudo está sendo feito dentro da maior precisão e rigor técnico.

Mas, somente Deus sabe as dificuldades que tivemos de enfrentar, as resistências a vencer, as vaidades a superar, os interesses contrários a sobrepor.

A tudo enfrentei, expondo e arriscando tudo, até o meu cargo.

A obra continua, não no ritmo que desejávamos para recuperar o tempo perdido. Mas o numerário necessário à conclusão do edifício está em poder da NOVACAP, com quem celebramos convênio e o restante depositado em conta vinculada ao Banco do Brasil S.A.. Todas as plantas de detalhes foram entregues à NOVACAP. De nossa parte, fizemos tudo. Organizamos inclusive uma Comissão de Fiscalização da Obra, que tem produzido os melhores resultados. Está em andamento a construção do futuro estacionamento de carros para o pessoal do Anexo, cujo movimento_ juízes, serventuários e partes_ exigirá grandes áreas.

Afora isto, a maior parte do mobiliário destinado ao novo Edifício e funcionamento das Varas e Cartórios já foi adquirido e pago, estando guardado no depósito deste Edifício. Varas salas do 3º andar deste Edifício estão ocupadas com mesas, cadeiras e armários, tudo destinado ao novo Anexo. Nisto se inclui o mobiliário do Salão do Júri, como também do Auditorium, onde deverá funcionar um cinema, para recreação da família judiciária de Brasília. Está previsto para ali funcionar uma creche, tão reclamada pelas funcionarias mães.

Brasília, com sua disposição urbanística, seu sistema ganglionar de cidades satélites, é uma cidade-estado, ímpar no mundo. Deve dispor de uma organização judiciária que não seja a cópia daquilo que é feito em outras cidades. Atualmente, é a cidade mais mal servida de Justiça no Brasil. Enquanto Porto Alegre dispõe de um juiz para 13.000 habitantes, nossa bela Capital conta com um juiz para 65.000 jurisdicionados. Juiz de Fora, em Minas Gerais, dispõe de 8 Varas, enquanto Brasília de apenas 10! A frieza dos números diz tudo.

Está na fase final da realização das provas escritas, cujo início está marcado para o próximo dia 3 de maio, o concurso para Juiz de Direito Substituto do Distrito Federal. Ele vai nos possibilitar o preenchimento das vagas existentes.

Depois de muitos trabalhos, esforços, canseiras, disputas intelectuais vencidas, conseguimos remeter ao Governo um Anteprojeto de Lei de Organização Judiciária que é o objeto de debate nacional. A votação e a feitura deste anteprojeto requereu de nossa parte, dos colegas e de muitos dos funcionários, esforços inauditos e dedicação absoluta. Várias foram as jornadas que tivemos de varar pela madrugada a dentro. Noutras, assistimos o raiar da aurora bem sobre o Palácio da Alvorada.

Este anteprojeto não contém tudo que desejávamos para estabelecer uma justiça atual, rápida, barata e humana. É um grande começo. É um passo na grande tarefa da modernização

da Justiça. A imprensa de todo o País a comenta e a aplaude. Os juristas, as faculdades, os centros de estudos estão ansiosos pela publicação do anteprojeto para se estabelecer um debate amplo, o que certamente se verificará por ocasião de sua remessa ao Congresso Nacional.

Este interesse, este debate, é a vida. Existem pontos polêmicos. Foram fixadas opções, não há transformação sem luta. É permanente o conflito entre o passado que não quer morrer e o futuro que forçosamente desabrocha. Afirmo que o Governo não nos dera este belo e monumental Palácio para ser um museu. Ele deve abrigar um laboratório da sociedade do Brasil futuro, grande, próspero e humano. Continuaremos a lutar, não nos arrefecendo dos ataques, às vezes maliciosos. A oposição, a crítica, são necessárias para quebrar a monotonia e fustigar-nos no desejo de vencer e não se cair na vala dos elogios unânimes e comuns.

Uma vitória já tivemos. O Governo do Presidente Médici já se sensibilizou com o problema. No intróito de sua homenagem ao Congresso Nacional abriu um capítulo sobre as mudanças reclamadas na estrutura judiciária, afirmando:

“As mudanças que se registram na sociedade, sob o influxo de fatores peculiares ao nosso tempo, pedem produção legislativa capaz de modelar prontamente esquemas jurídicos de comportamento adaptados às novas circunstâncias. Cumpre, assim, ao legislativo, para disciplinar o novo estilo de relações sociais, instituir, a par das já existentes, normas de direito de caráter inédito. Mas cumpre-lhe, também, rever e corrigir, diante dos novos princípios que se insinuam no ordenamento jurídico, as feições do direito vigente.

Não basta, contudo, criar novas regras de direito material com o objetivo de acudir às exigências postas pelas modificações que se operam na sociedade. É mister, ainda, que essas normas, ao invés de permanecerem como simples princípios gerais e abstratos, dominem imperiosamente o comportamento de seus destinatários, concretizando-se, na ordem dos fatos, em padrões de conduta real e efetiva.

Na reforma das leis processuais, cujos projetos se encontram em vias de encaminhamento à consideração do Congresso Nacional, cuida-se, por isso, de modo especial, em conferir aos órgãos jurisdicionais os meios de que necessitam para que a prestação da justiça se efetue com a presteza indispensável à eficaz atuação do direito. Cogita-se, pois,

de racionalizar o procedimento, assim na ordem civil como na ordem penal, simplificando-lhe os termos de tal sorte que os trâmites processuais levem à prestação da sentença com economia de tempo e despesas para os litigantes. Evitar-se-á, assim, o retardamento na decisão das causas ou na execução dos direitos já reconhecidos em juízo”.

O anteprojeto previu a instalação de 12 Pretorias nas cidades satélites. Para a construção destas Pretorias já existe verba no orçamento plurianual_ Cr\$2.900,00_ já foram conseguidos os terrenos e já estamos trabalhando nas plantas.

O terreno destinado à construção da garage foi regularizado. Já está cercado, pronto para início das obras, o que não foi feito pelo predomínio absoluto das obras do Anexo.

Foram adquiridas e estão prontas para funcionar, todas as máquinas destinadas ao laboratório de microfilmagem que deverá ser o mais moderno e completo do País.

Deixo a Presidência deste Tribunal com uma grande frustração e um grande sentimento de culpa, qual seja o de pouco ter podido fazer pela melhor distribuição da justiça nos Territórios Federais. Os problemas desta administração foram asoerbantantes. Eu que herdei de Cristóvão Colombo o anseio de viajar, não pude visitar os Territórios, tão útil a um antigo professor de geografia. Ficou aberto o concurso para juizes temporários que irão servir nos Territórios. O problema da justiça nos Territórios Federais é angustiante para nós e desesperador para todos aqueles que reclamam o amparo da lei pela garantia de seus direitos. Designei uma Comissão composta dos Desembargadores Hugo Auler, Mário Brasil de Araújo, José Júlio Leal Fagundes e Lúcio Batista Arantes para formularem um anteprojeto de Lei de Organização Judiciária dos Territórios, tão urgentemente reclamada.

Administrar é contrariar interesses. Num posto de comando, a autoridade deve escolher entre agradar à custa do Tesouro Nacional, defendendo o patrimônio público ou desagradar fazendo-o respeitar e exigindo serviço e contribuição funcional. Eis por que toda administração se desgasta. Se cumpre o dever e corresponde aos desejos da maioria, não deixa de criar inimigos rancorosos, nascidos do despeito, da cobiça e da frustração.

Por outro lado, o sentimento de mudança é inato no ser humano. Ele tem horror à monotonia, à invariabilidade das fisionomias.

Eis por que o princípio da rotatividade das pessoas é natural e necessário. As idéias devem prevalecer, os homens que a encarnam devem passar. É conhecido o episodio de Aristides em Atenas_ um cidadão votou pelo seu degredo porque estava cansado de ouvi-lo

chamar-se de honesto. O principal é a continuidade das idéias, dos propósitos, dos planos, da mentalidade. Mas é necessário que as pessoas mudem.

Administrei sem ódios, mas com consciência do dever e a responsabilidade integral do exercício da autoridade.

Entrego a direção deste Egrégio Tribunal de Justiça ao Desembargador Cândido Colombo Cerqueira, que já o dirigiu por duas vezes. Ele está dentro do contexto das idéias que tão ardorosamente defendemos. Ele continuará lutando pelo prestígio sempre crescente do Tribunal, pelo saneamento da Justiça, pela harmonia da família judiciária.

A Vice-Presidência e Corregedoria continuam nas mãos firmes, inteligência lúcida e vontade decidida do Desembargador José Júlio Leal Fagundes, indispensável na manutenção do clima de respeito e ordem e implantação da futura organização judiciária.

São boas as relações do Tribunal com os demais Tribunais, a começar pelo Supremo Tribunal Federal, incluindo o Tribunal Federal de Recursos, o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Distrito Federal.

São normais as relações com o Governo do Distrito Federal, dirigido pelo Coronel Hélio Prates da Silveira, de quem temos recebido todo acatamento às nossas decisões.

Já afirmamos que o Judiciário é também Governo, no sentido de se compenetrar e desempenhar as responsabilidades que lhe cabem na estruturação de uma nova ordem num mundo que em convulsão se desagrega.

Há pouco, o Presidente Médici convocou o Ministério para enfatizar a necessidade da luta pelo barateamento da vida.

Mas não se pode conseguir barateamento da vida com a complicação das leis, sua inadequação à realidade. Há mais de cem mil leis no Brasil, muitas delas antigas, inúteis, ultrapassadas, com exigências caríssimas e desnecessárias. Uma legislação tumultuária cria uma existência complicada e difícil. Com isto, não teremos vida barata. A legislação antiquada determina uma inflação de custos pela exigência de formalidades caras e inúteis. Para baratear a vida é preciso simplificar as leis, racionalizar a administração, instrumentalizar a Justiça, da qual todos necessitam, direta ou indiretamente.

Antigamente, para um comerciante exportar era necessário providenciar 36 formalidades documentais em várias repartições. Jamais o Brasil poderia ser um País exportador, adquirir divisas, progredir, enriquecer, com estes formalismos martirizantes. Foi preciso simplificar para que o Brasil passasse a exportar anualmente 3 bilhões de dólares.

É necessário e urgente simplificar em benefício do povo, mesmo contrariando os privilégios de poucos.

Para tal fim, continuaremos sempre na estacada, lutando e esclarecendo, argumentando e pedindo Justiça para os pobres e pequeninos. Não nos arreceiam os ataques.

Temos em mente os versos de Kipling:

“Se és capaz de sofrer a dor de ver mudadas
Em armadilhas as verdades que disseste,
E as coisas por que desta vida, estraçalhadas
E refazê-las com o bem pouco que te reste”...

Apesar de magistrado, do homem frio da lei, não posso sopitar em mim os sentimentos profundos que estruturam minha própria personalidade.

Pertenci ao Executivo, fui legislador. Deixei tudo para integrar o Judiciário. Considero que é no Judiciário onde a personalidade mais se afirma, mais atinge aquele ideal supremo: ser aquilo que é.

E por que neste encontro da inteligência, da cultura e do espírito não terminar com este poema que um inspirado poeta cantou?

“Deus me livre de sentir-te satisfeito,
Plenamente acalmado...

Deus me livre!

Quero sentir-te assim um descontente
Com esta chama a devorar-te o peito,
Quero sentir-te sempre um torturado!

Prefiro saber que tu morres de sede,
Com a boca na fonte,
A gritar pela água verdadeira,
Deixa que te chamem louco
E continua cada vez mais louco,
A vida inteira.

Ah! Prefiro mil vezes saber que tu morres de fome
Como o pobre Lázaro,
Ante a mesa farta do banquete da vida
Que, a tantos, delicia...

Gosto de ver-te, ali, no chão, humildezinho,
A implorar do Céu uma migalha,
Pois que nada, na terra, te sacia.

Gosto de ver-te sempre esfomeado...
Faz brilhar, mais e mais, teu ansioso grito:
- o que tu tens é fome,
- o que tu tens é sede de infinito!